

# Morumbi Agropecuária S.A.

CNPJ nº 00.649.102/0001-32

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS				DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA									
Ativo	NE			Passivo Circulante	NE			NE								
	2022	2021	2020		2022	2021	2020	2022	2021	2020						
<b>Circulante</b>																
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.514	17.749	Fornecedores	15.a	1	2.776	Receita líquida	20	49.570	45.185	<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Instrumentos financeiros derivativos	25	-	318	Empréstimos e financiamentos	16	-	1.572	Custo dos produtos vendidos	21	(53.144)	(31.328)	Resultado do exercício			7.031	7.964
Contas a receber	9	-	894	Pessoal, encargos e benefícios sociais			417	Mudança ao valor justo de ativo biológico	13	-	(3.916)	Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício:				
Estoques	10	-	4.668	Encargos tributários			8	<b>Lucro bruto</b>		<b>(3.574)</b>	<b>9.941</b>	Depreciação e amortização	14	3.156	4.466	
Ativos biológicos	13	1.428	39.764	Contas a pagar a partes relacionadas	12	-	23	Despesa gerais e administrativas	22	(215)	(55)	Variação do valor justo do ativo biológico	13	2.660	3.916	
Impostos a recuperar	11	1.082	2.963	Dividendos propostos			3.572	Outras receitas (despesas) operacionais	23	(1.150)	(4.118)	Consumo nos ativos biológicos (venda e colheita)	13	40.485	31.858	
Outros ativos		39	76	Impostos de renda e CSLL a pagar	18.a	-	90	<b>Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos</b>		<b>(4.939)</b>	<b>11.304</b>	IRPJ e CSLL	18	4.536	4.111	
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>4.063</b>	<b>66.432</b>		Outras contas a pagar	15.b	-	1.953	Receitas financeiras	24	8.806	1.124	IRPJ e contribuição diferidos	18	(8.058)	1.124	
<b>Não circulante</b>				<b>Total do passivo circulante</b>		<b>3.671</b>	<b>9.004</b>	Despesas financeiras	24	(358)	(353)	Provisão para processos judiciais	17	129	18	
Contas a receber	9	2.681	2.681	<b>Não circulante</b>				Finanças líquidas		<b>8.448</b>	<b>771</b>	Juros sobre os empréstimos	16	6	148	
Depósitos judiciais	17.b	1.130	1.117	Empréstimos e financiamentos	16	-	1.478	<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>3.509</b>	<b>12.075</b>	Alienação imobilizado		27	(2.182)	
Contas a receber de partes relacionadas	12	7	90	Provisão para processos judiciais	17	1.652	1.523	IRPJ e CSLL				Outros		318	(4)	
<b>Total do realizável a longo prazo</b>	<b>3.818</b>	<b>3.888</b>		IRPJ e CSLL diferidos	18.b	-	8.058	<b>Resultado do exercício</b>		<b>7.031</b>	<b>7.964</b>	Variação nos ativos e passivos:				
Imobilizado	14	28.375	31.481	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.652</b>	<b>11.059</b>	Outros resultados abrangentes				Contas a receber e outros recebíveis		894	(3.508)	
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>32.193</b>	<b>35.369</b>		<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>5.323</b>	<b>20.063</b>	IRPJ e CSLL diferidos	18	8.058	(4.111)	Estoques		4.668	2.981	
<b>Total do ativo</b>	<b>36.256</b>	<b>101.801</b>		<b>Patrimônio líquido</b>		19		Partes Relacionadas a receber				Impostos a recuperar		1.881	(1.262)	

### DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	NE	Capital social	Legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>67.922</b>	<b>211</b>		<b>3.873</b>		<b>72.006</b>
Aumento do Capital Social	7.500	-	-	-	-	7.500
Pagamento de dividendos referentes a exercícios anteriores	-	-	-	(4.834)	-	(4.834)
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	994	-	994
Resultado do exercício	-	-	-	-	7.964	7.964
Destinação do resultado do exercício:						
Constituição de reserva legal	19.b	-	398	-	-	(398)
Dividendo mínimos obrigatórios	19.c	-	-	(1.892)	-	(1.892)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	5.674	-	(5.674)
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>75.422</b>	<b>609</b>		<b>5.707</b>		<b>81.738</b>
Redução do Capital Social	(48.600)	-	-	-	-	(48.600)
Pagamento de dividendos referentes a exercícios anteriores	-	-	-	(7.566)	-	(7.566)
Resultado do exercício	-	-	-	-	7.031	7.031
Destinação do resultado do exercício:						
Constituição de reserva legal	19.b	-	352	-	-	(352)
Dividendo mínimos obrigatórios	19.c	-	-	(1.670)	-	(1.670)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	43	-	4.966
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	<b>26.822</b>	<b>1.004</b>		<b>3.107</b>		<b>30.933</b>

### NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**1. Contexto operacional.** A Morumbi Agropecuária S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Rua 5, 691 - 23ª andar - Setor Oeste, Goiânia - GO, que tem por objeto o desenvolvimento de atividades de agricultura, pecuária e silvicultura, a produção e comercialização de produtos de lavouras temporárias e permanentes, a produção e comercialização de sementes e mudas, a criação, criação, engorda e comercialização de bovinos, a criação e comercialização de equinos, a comercialização de material genético destinado à reprodução animal, a exportação e importação de produtos agropecuários próprios ou para uso próprio, prestação de serviços de gestão e desenvolvimento de empreendimentos agropecuários, a prestação de serviços de beneficiamento, limpeza, secagem e armazenamento de grãos próprios ou de terceiros, a compra, venda e administração de imóveis rurais próprios, a pesquisa, lavra e comercialização de recursos minerais destinados à agricultura e a participação no capital de outras sociedades. Em 2022, a administração optou por mudar estratégia da Companhia que, ao invés de plantar e produzir, adotou o modelo de parceria agrícola. Na parceria, a Companhia entra com as terras e benfeitorias e o parceiro entra com mão de obra, máquinas e insumos. O Contrato entrou em vigor no início de 2022 e permanecerá em vigor até o final da colheita das culturas na safra que se encerra em 30/06/2027. **2. Base de preparação. a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC).** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 18/08/2023. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 6. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação.** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o valor milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos. (i) Julgamentos.** Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas.** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31/12/2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa 13 - Ativos biológicos.** O ativo biológico da Companhia é determinado ao valor justo com base em dados não observáveis significativos. **Nota explicativa 14 - Revisão da vida útil do imobilizado.** Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **Nota explicativa 17 - Provisões para processos judiciais.** Reconhecimento e mensuração de provisões e provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **Nota explicativa 18 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos.** Disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados. **(iii) Mensuração a valor justo.** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração do valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro. A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações ("inputs") utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **Nível 3:** *inputs* para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa 13 - Ativos biológicos;** e **Nota explicativa 25 - Instrumentos financeiros.** **5. Base de mensuração.** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados pelo valor justo; e Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda. **6. Principais políticas contábeis.** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Receita operacional. Venda de produtos.** A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. A receita operacional da venda de produtos agrícolas no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que o controle dos ativos foi transferido para o comprador, e é provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável, que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para venda dos produtos, a transferência normalmente ocorre quando o produto é entregue ao cliente. **b. Benefícios de curto prazo a empregados.** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **c. Receitas financeiras e despesas financeiras.** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: - Rendimento sobre aplicações financeiras; - Ganhos/perdas com instrumentos financeiros derivativos; - Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros e; - Despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro para: - O valor contábil bruto do ativo financeiro; ou - O custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita e despesa de juros, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não está com redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, para ativos financeiros que sofreram perda de valor recuperável após o reconhecimento inicial, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se o ativo não estiver mais com redução no valor recuperável de crédito, o cálculo da receita de juros será revertido para a base bruta. **d. IRPJ e CSLL.** O IRPJ e a CSLL corrente são calculados de acordo com os registros contábeis regulamentares, utilizando-se a metodologia do lucro real. No critério de apuração pelo lucro real os impostos são calculados com um percentual do lucro líquido ajustado de acordo com a legislação tributária vigente aplicando-se uma taxa de 25% para o IRPJ e 9% para CSLL. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(i) Despesas de IRPJ e CSLL corrente.** O imposto corrente é o imposto do exercício a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos. O imposto corrente ativo e passivo são declarados somente se alguns critérios forem atendidos. **(ii) Despesas de IRPJ e CSLL diferido.** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de IRPJ e CSLL diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de IRPJ e CSLL diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **e. Ativos biológicos.** Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda, sendo que quaisquer alterações são reconhecidas no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos, incluindo despesas de transporte. **f. Estoques.** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazer-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **g. Imobilizado. (i) Reconhecimento e mensuração.** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Quando perdas significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. A Companhia optou por reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (deemed cost) na data de abertura do exercício de 2010 (01/04/2009). O efeito apurado foi reconhecido em conta de reserva de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido da Companhia e é amortizado pela depreciação, alienação ou obsolescência dos bens. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **(ii) Custos subsequentes.** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **(iii) Depreciação.** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzindo do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais preto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, exceto as máquinas e equipamentos operacionais que segue o método de horas trabalhadas. Ativos arrendados são depreciados pelo exercício que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia não obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. As taxas médias anuais ponderadas para os períodos corrente e comparativo são as seguintes:

	2022	2021
Máquinas, equipamentos e instalações	10%	10%
Tratores	8%	8%
Colheitadeiras	8%	8%
Edifícios e construções	4%	4%
Computadores e periféricos	20%	20%
Móveis e utensílios	10%	10%
Desenvolvimento de solo	7%	7%
Silo	3%	3%
Outros	20%	20%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado. **h. Instrumentos financeiros. (i) Reconhecimento e mensuração inicial.** O contas a receber de clientes é substancialmente decorrente da venda de soja. São registradas pelo valor original, deduzidas das remunerações financeiras contratuais, quando aplicável, até a data do balanço, não excedendo ao valor de mercado. As provisões para perda de crédito esperada são efetuadas em montante suficiente para cobrir as perdas estimadas na realização de créditos a receber. A Companhia avalia a perda esperada da sua carteira de clientes em todas as regiões bem como os fatores macroeconômicos que possam influenciar nas referidas perdas, mensurando o impacto de crédito esperado tanto no nível individualizado quanto coletivo. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteção dos riscos relacionados à moeda estrangeira, na modalidade de contratos a termo de moeda "Non Deliverable Forward -NDF". Derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que os contratos de derivativos são celebrados e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo no final de cada período de relatório. O ganho ou a perda resultante é reconhecido no resultado imediatamente a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de "hedge", em cujo caso a data de reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de "hedge". O derivativo é apresentado como ativo não circulante ou passivo não circulante se o vencimento remanescente do instrumento for maior que 12 meses e não seja esperada sua realização ou liquidação em até 12 meses. Outros derivativos são apresentados como ativo ou passivo circulante. Nos exercícios findos em 31/12/2021, a Companhia possuía operações com derivativos, conforme apresentado na nota explicativa 25. **(ii) Classificação e mensuração subsequente.** Ativos financeiros. No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR): E mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **(iii) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Companhia considera: Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **(iv) Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas.** Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **(v) Passivos financeiros - classificação, mensuração**

	NE	2022	2021
Receita líquida	20	49.570	45.185
Custo dos produtos vendidos	21	(53.144)	(31.328)
Mudança ao valor justo de ativo biológico	13	-	(3.916)
<b>Lucro bruto</b>		<b>(3.574)</b>	<b>9.941</b>
Despesa gerais e administrativas	22	(215)	(55)
Outras receitas (despesas) operacionais	23	(1.150)	(4.118)
<b>Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos</b>		<b>(4.939)</b>	<b>11.304</b>
Receitas financeiras	24	8.806	1.124
Despesas financeiras	24	(358)	(353)
<b>Finanças líquidas</b>		<b>8.448</b>	<b>771</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>3.509</b>	<b>12.075</b>
IRPJ e CSLL			
IRPJ e CSLL correntes	18	(4.536)	-
IRPJ e CSLL diferidos	18	8.058	(4.111)
<b>Resultado do exercício</b>		<b>7.031</b>	<b>7.964</b>

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	2022	2021
Resultado do exercício	7.031	7.964
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>7.031</b>	<b>7.964</b>

### Resultado do exercício

Outros resultados abrangentes

**Total do resultado abrangente do exercício**

**subsequente e ganhos e perdas.** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, para um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(vi) Desreconhecimento. Ativos financeiros.** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros.** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(vii) Compensação.** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial é, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **i. Capital social.** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto são reconhecidos como passivo. **j. Redução ao valor recuperável (Impairment). (i) Ativos financeiros não-derivativos. Instrumentos financeiros.** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial; e As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e a estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: For pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias. A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento". As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência durante de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estim

continuação

relacionados ao clima. As plantações da Companhia estão expostas ao risco de danos causados por eventos climáticos extremos, como tempestades, ventos fortes e seca. Mudanças nas condições climáticas globais podem intensificar um ou mais desses eventos. Períodos de seca e altas temperaturas podem aumentar o risco de incêndios e surtos de insetos. Além de seus efeitos sobre a produtividade, eventos climáticos extremos também podem aumentar o custo das operações. A Companhia possui extensos processos em vigor com o objetivo de monitorar e mitigar esses riscos por meio de uma gestão proativa e detecção antecipada.

**14. Imobilizado.**

Custo:	Máquinas, equipamentos e instalações										Obras e instalações em andamento		Total
	Terrenos	Instalações	Tratores	Colheadeiras	Edifícios e estruturas	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Desenvolvimento de solo	Silo	Outros			
<b>Saldo em 31/12/2020 (não auditado)</b>	1.624	6.230	5.389	5.284	3.977	100	250	26.761	7.504	3.686	1.170	61.975	
Adições	-	2.314	3.879	-	-	4	17	-	-	4.716	12	10.942	
Baixas	-	(7.739)	(9.261)	(5.233)	-	-	(2)	-	-	(227)	(2)	(22.464)	
Transferências	-	134	-	-	27	-	-	3.071	-	(3.681)	449	-	
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	1.624	944	-	51	4.004	104	264	29.832	7.507	4.494	1.629	50.453	
Adições	-	11	-	-	-	5	-	-	-	81	-	98	
Baixas	-	(8)	-	(51)	-	(35)	-	-	-	(15)	-	(108)	
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	4.359	120	(4.479)	-	-	
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	1.624	942	-	-	4.004	74	265	34.191	7.624	82	1.629	50.442	
<b>Depreciação:</b>													
<b>Saldo em 31/12/2020 (não auditado)</b>	-	(4.056)	(3.066)	(2.229)	(1.144)	(65)	(123)	(12.565)	(1.228)	-	(612)	(25.088)	
Depreciação no exercício	-	(683)	(753)	(319)	(159)	(16)	(25)	(2.171)	(250)	(90)	(4.466)	-	
Baixas	-	4.235	3.819	2.525	-	-	2	-	-	1	10.582	-	
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	-	(504)	-	(23)	(1.303)	(81)	(146)	(14.736)	(1.478)	-	(701)	(18.972)	
Depreciação no exercício	-	(84)	-	(1)	(159)	(12)	(24)	(2.504)	(253)	-	(118)	(3.156)	
Baixas	-	7	-	25	-	30	-	-	-	-	-	62	
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	-	(582)	-	-	(1.462)	(63)	(170)	(17.240)	(1.731)	-	(819)	(22.067)	
<b>Valor contábil líquido:</b>													
Em 31/12/2021	1.624	440	-	28	2.701	23	118	15.096	6.029	4.494	928	31.481	
Em 31/12/2022	1.624	365	-	1	2.542	11	94	16.951	5.896	82	810	28.375	

**Perda do valor recuperável do ativo imobilizado ("impairment teste").**

A Companhia não identificou indícios de eventos que pudessem ocasionar a redução do valor recuperável de seus ativos em 31/12/2022 e de 2021 com base em suas análises do valor em uso dos ativos e projeções de seus negócios, segundo a projeção orçamentária aprovada pela Administração. **Bens dados em garantia.** A Companhia liquidou seus contratos de financiamentos em 2022, não havendo, portanto, bens do ativo imobilizado em garantia de operações de financiamentos.

**15. Fornecedores e outras contas a pagar.**

	2022	2021
<b>(a) Fornecedores.</b>	2022	2021
Fornecedores de bens e serviços	1	2.776
<b>Total</b>	1	2.776
<b>(b) Outras contas a pagar.</b>	2022	2021
Adiantamento de clientes gerais	-	1.853
Seguros a pagar	-	2
Outras contas a pagar	-	98
<b>Total</b>	-	1.953

**16. Empréstimos e financiamentos**

	2022	2021
<b>Taxas médias</b>	Não	Não
<b>Juros</b>	Circu-lante	Circu-lante
<b>(a.a.) Vencimento</b>	lante	lante
Banco Itaú S.A.	4,90%	2023 a 2024
Divida bruta	-	1.572
	-	1.478

**Conciliação de passivos resultantes de atividades de financiamento.**

A tabela, a seguir, detalha as variações nos passivos da Companhia resultantes de atividades de financiamento, incluindo mudanças que envolvem e não envolvem caixa. Os passivos resultantes de atividades de financiamento são passivos para os quais os fluxos de caixa foram, ou os fluxos de caixa futuros serão, classificados na demonstração dos fluxos de caixa da Companhia como fluxos de caixa provenientes de atividades de financiamento.

	2022	2021
Saldo inicial	3.050	4.617
Juros provisionados	6	148
Principal pago sobre empréstimos e financiamentos	(3.041)	(1.563)
Juros pagos	(15)	(152)
<b>Saldo final</b>	-	3.050

**17. Provisão para processos judiciais. a. Processos prováveis.**

Os processos judiciais com prognóstico de perda provável estão assim constituídos e movimentados:

	2022	2021
Tributários	-	-
31/12/2020 (não auditado)	1.505	-
Adições/Atualizações	18	-
Baixas/reversões	-	-
31/12/2021	1.523	-
Adições/Atualizações	129	-
Baixas/reversões	-	-
31/12/2022	1.652	-

**Tributários.** As ações tributárias estão relacionadas a auto de infração de uma ação de anulatória de débito fiscal de natureza ambiental (art. 38 do Decreto nº 3.179/1999) e anulatório de débito fiscal referente IRPJ/CSLL 1998/1999.

**Administrativos.** Processo relacionado a auto de infração de uma ação emitida pela ANAC, referente aeródromo privado da Fazenda Morumbi, em Alto da Boa Vista (MT), em decorrência de inconformidades.

**Trabalhista.** A ação trabalhista está relacionada a reclamações de verbas rescisórias movida por ex-empregado da Companhia. **Processos possíveis.** A Companhia tem ações de natureza administrativa, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Natureza	2022	2021
Administrativo	74	69
<b>Total</b>	74	69

Durante o ano de 2022, a Companhia acompanhou os processos com prognóstico de perda possível e suas devidas atualizações, onde destacamos o mais relevante que é o Termo de Embargo nº 735944. Serie E – Processo nº. 02001.24877/2019-20 (natureza administrativa ambiental) que por sua vez já teve uma Manifestação Técnica de nº 44/2021-DITEC-MT/SUPES-MT, após tecer considerações acerca do histórico do caso atinente à lavratura do Termo de Embargo, que constatou que ele possui vício insanável, recomendando, ao final o cancelamento do embargo. Após a Manifestação Técnica o Comitê Permanente de Operações Tecnológicas de Fiscalização emitiu Parecer Técnico nº 5/2021-NUTECC-CP/COFIS/CGFIS/DIPRO, por meio do qual avaliou-se que houve a recuperação da cobertura florestal nos biótipos impactados pelo incêndio, concluindo, portanto, pela revogação da sanção aplicada por meio do Termo de Embargo. O processo está concluso para decisão final. Também tivemos os processos de pedido de revisão de lançamento de ICMS junto ao SEFAZ do Mato Grosso (natureza administrativa), onde destacamos os processos de nº 51.24093/2013 (9990527636136) e o de nº 5034377/2013 (9990496600607), com estimativa de desembolso possível no valor de R\$ 25 para o pedido de revisão referente ao ICMS de 04/2013 e o valor de R\$ 48, para o pedido de revisão referente ao ICMS de 01/2013.

**b. Depósitos Judiciais.**

Natureza	2022	2021
Trabalhista (a)	13	-
Tributário (b)	1.117	1.117
<b>Total</b>	1.130	1.117

(a) O saldo refere-se a um depósito judicial dado como garantia em uma ação trabalhista relacionada a reclamações de verbas rescisórias movida por ex-empregado da Companhia. (b) O saldo refere-se a um depósito judicial dado como garantia em uma ação anulatória de débito fiscal de natureza ambiental (art. 38 do Decreto nº 3.179/1999) e anulatório de débito fiscal referente IRPJ e CSLL 1998/1999.

**18. IRPJ e CSLL correntes e diferidos.**

**a. IRPJ e CSLL a pagar.**

	2021	Provisão	Recolhimento	2022
Provisão IRPJ	-	3.195	(3.154)	41
Provisão CSLL	-	1.341	(1.292)	49
<b>Total</b>	-	4.536	(4.446)	90

**b. IRPJ e CSLL diferidos.**

	(não auditado)	Resultado	Resultado	2021	Resultado	Resultado	2022
Prejuízo fiscal e base negativa	8.042	(5.841)	2.201	(2.201)	-	-	-
Depreciação incentivada	(11.989)	1.838	(10.151)	10.151	-	-	-
Valor justo dos derivativos	-	(108)	(108)	108	-	-	-
<b>Total líquido dos impostos diferidos</b>	(3.947)	(4.111)	(8.058)	8.058	-	-	-

**Reconciliação da alíquota efetiva.**

	2022	2021
Lucro Presumido	IRPJ	CSLL
Receita Bruta	50.631	50.631
Percentual de presunção	8%	12%

**2022**

	IRPJ	CSLL
Receita Financeira e demais receitas	8.824	8.824
Base de cálculo - Lucro Presumido	12.875	14.900
Alíquota IR/CS	15%	9%
Adicional 10%	10%	-
Despesas de IR e CS - Lucro Presumido	3.195	1.341
Reversão IR e CS pela mudança de regime	(5.925)	(2.133)
Despesas de IR e CS reconhecidos no resultado Corrente	(2.730)	(792)
Diferido	(3.195)	(1.341)
Despesas de IR e CS reconhecidos no resultado	5.925	2.133
	2.730	792
<b>2021</b>		
Lucro antes do IRPJ - IR e CSLL - CS	12.075	-
Alíquota nominal de IR e CS	34%	-
Despesas de IR e CS as alíquotas oficiais	(4.106)	-
Ajustes na apuração do IR e CS:		
Outros	(5)	-
Despesas de IR e CS reconhecidos no resultado	(4.111)	-
Taxa efetiva	34,05%	-
Corrente	-	-
Diferido	(4.111)	-
Despesas de IR e CS reconhecidos no resultado	(4.111)	-

Em 2022 a Companhia optou pelo regime tributário lucro presumido. De acordo com o artigo 314 do RIR (Decreto nº 3.000, de 26/03/1999), os bens do ativo permanente imobilizado, exceto a terra nua, adquiridos por pessoa jurídica que explore a atividade rural, para uso nessa atividade, poderão sofrer depreciação incentivada integral no próprio ano de aquisição. Além disso, também conforme o artigo 14 da Lei nº 8.023, de 12/04/1990, que trata do resultado da atividade rural, o prejuízo apurado pela pessoa jurídica poderá ser compensado com o resultado positivo obtido nos anos-base posteriores, sem considerar o limite de 30% do lucro tributável.

**19. Patrimônio líquido. a. Capital social.**

O capital social da Companhia é de R\$ 26.822.498, (R\$ 75.422.499 em 31/12/2021) totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 31.063.287, (87.347.222 em 31/12/2021) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	31/12/2022	31/12/2021
Ações	%	%
Barthira Agropecuária S.A	31.063.287	100
87.347.222	100	

A redução de capital no valor de R\$ 48.600 foi efetuada conforme ato societário de 29/08/2022. **b. Reservas. Reserva legal.** É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

**Reserva de retenção de lucros.** Constituída em função do lucro do exercício após a reserva legal, bem como dos dividendos. Está a disposição dos acionistas. **c. Dividendos mínimos obrigatórios.** O estatuto social da Companhia determina um percentual não inferior a 25% do lucro distribuível ao pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios. Os dividendos mínimos obrigatórios a pagar, quando devidos, são destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo. Os dividendos mínimos obrigatórios a pagar foram calculados conforme segue:

	2022	2021
Resultado do exercício	7.031	7.964
Reserva legal - 5%	(352)	(398)
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	6.679	7.566
<b>Dividendos mínimos obrigatórios 25%</b>	<b>(1.670)</b>	<b>(1.892)</b>
<b>20. Receita operacional líquida.</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>

Soja 47.292 38.800  
Milho 2.252 8.416  
Outros 2.457 326  
**Total da receita bruta** **52.001** **47.542**

(i) Impostos sobre venda (2.431) (2.357)  
**Receita operacional líquida** **49.570** **45.185**

**21. Custo dos produtos vendidos.** **2022** **2021**

	2022	2021
Soja	(49.994)	(25.962)
Milho	(757)	(5.224)
Outros	(2.393)	(1.42)
<b>(53.144)</b>	<b>(31.328)</b>	

Custos por natureza: Insumos agrícolas (28.915) (15.260)  
Depreciação (5.905) (3.916)  
Mão de obra (5.297) (3.513)  
Equipamentos (4.352) (2.886)  
Apoio operacional (3.942) (2.614)  
Serviços (3.002) (1.991)  
Cobertura de solo (867) (575)  
Armadagem (602) (399)  
Imposto territorial rural (262) (174)  
**Total** **(53.144)** **(31.328)**

**22. Despesa gerais e administrativas.** **2022** **2021**

	2022	2021
Serviços de terceiros	(8)	(24)
Utilidades (luz, material de escritório, etc.)	(50)	(8)
Provisão para processos judiciais	(129)	(18)
Outros	(28)	(5)
<b>Total</b>	<b>(215)</b>	<b>(55)</b>

**23. Outras receitas e despesas, líquidas.**

	2022	2021
Venda de imobilizado	19	10.068
Outros	17	52
Custo de venda de imobilizado	(46)	(11.882)
Perdas de créditos tributários	(898)	-
Perdas de produtos estoques	(241)	(792)
Outros	(1)	(28)
<b>Total</b>	<b>(1.150)</b>	<b>(1.418)</b>

**24. Resultado financeiro.**

	2022	2021
<b>Receita financeira:</b>		
Rendimento sobre aplicações financeiras	2.582	624
Ganho com derivativos	6.120	318
Outras receitas financeiras	68	174
Varição cambial ativa	36	8
<b>Total</b>	<b>8.806</b>	<b>1.124</b>

Despesa Financeira: Juros sobre os empréstimos (6) (148)  
Perda com derivativos (318) -  
Outras despesas financeiras (18) (74)  
Variação cambial passiva (16) (131)  
**Total** **(358)** **(353)**

**Resultado financeiro Líquido** **8.448** **771**

**25. Instrumentos financeiros. a. Classificação contábil e valores justos.**

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Os instrumentos financeiros da Companhia foram liquidados em 2022.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

31/12/2021 conteve modificação. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício corrente também inclui modificação em decorrência do possível efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cia., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cia. ou cessar suas operações, ou não tenha

31/12/2022	Valor justo por meio de resultado (VJR)	Custo amortizado	Valor contábil			Valor justo
			Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	
<b>Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.514	-	1.514	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	-	2.681	-	2.681	-	-
Contas a receber de partes relacionadas	-</					

# MORUMBI\_AGRO\_BAL\_2022\_DIGITAL.pdf

Documento número 51e20816-1e1f-4899-9798-a957fb36e7ae



## Assinaturas

 comercial1@ohoje.com.br  
Certificado digital. Verifique se já assinou com [ITI](#) ou [verificador ZapSign](#).



Hash do documento original (SHA256):  
8b9e271412069283f606cc4350b302a1ae423e8499010f4b1bf44a6e116b966f

Verificador de Autenticidade:  
<https://app.zapsign.com.br/verificar/autenticidade?doc=51e20816-1e1f-4899-9798-a957fb36e7ae>

Integridade do documento certificada digitalmente pela ZapSign (ICP-Brasil):  
<https://zapsign.com.br/validacao-documento/>



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento de identificação 51e20816-1e1f-4899-9798-a957fb36e7ae, conforme os Termos de Uso da ZapSign em [zapsign.com.br](https://zapsign.com.br)